



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

024. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – PESQUISA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação

- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
- (B) gozará de autonomia jurídica.
- (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
- (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
- (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.

25. A Lei Estadual n.º 4.957, de 30 de Dezembro de 1985, tem, em seu Artigo 1.º, a atribuição ao Estado para o desenvolvimento de “planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários” destinados a

(Lei Estadual 4.957 de 30 de Dezembro de 1985. <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prolei4957.htm>. Acessado em 12.07.2013)

- (A) trabalhadores rurais sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência.
- (B) médios proprietários rurais integrados no sistema de comercialização urbano.
- (C) trabalhadores rurais sem terras e/ou do agronegócio com produção destinada à exportação.
- (D) médios proprietários rurais inseridos na produção de biocombustíveis.
- (E) trabalhadores rurais sem terras com produção destinada a insumos industriais.

26. O Decreto Estadual n.º 35.852/92, de 15 de Outubro de 1992, “dispõe sobre a seleção de trabalhadores rurais de que trata a Lei n.º 4.957, de 30 de dezembro de 1985”. Em seu Artigo 1.º, decreta que no ato da inscrição à seleção, o trabalhador rural deverá

- (A) comprovar residência permanente por mais de 02 anos ininterruptos em acampamentos no território nacional.
- (B) comprovar residência permanente de, pelo menos, 01 ano em acampamento no território nacional.
- (C) comprovar residência permanente de 01ano na região do estado onde se localiza o assentamento.
- (D) comprovar residência permanente por mais de 02 anos ininterruptos na região do estado onde se localiza o assentamento.
- (E) não precisa comprovar residência permanente por mais de 02 anos desde que seja natural da região do estado onde se localiza o assentamento.

27. “Estamos também convencidos de que, neste novo tempo, o verdadeiro papel da extensão rural passa a ser o de provocar e auxiliar as mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural. E de que neste cenário, o agente de mudanças – o extensionista rural – deve entender a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de auxiliar do desenvolvimento local, por um lado, incorporando no seu dia a dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações e, por outro lado, colocando-os acima dos interesses da instituição da qual faz parte.”

(Lima Neto, P.C. *Extensão rural e agricultura familiar*. Cadernos da Oficina Social n.º 7 – Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001)

Segundo o texto, é correto afirmar que o(s)

- (A) extensionista rural deve se afastar dos interesses dos agricultores.
- (B) interesses dos agricultores devem estar acima da instituição da qual fazem parte.
- (C) verdadeiro papel da extensão rural é a atuação transformadora.
- (D) cidadãos que vivem no meio rural não aspiram mudanças.
- (E) verdadeiro papel da extensão rural não pode estar acima da instituição da qual faz parte.

28. “...podemos pensar em perguntas opostas às respostas que apontam para uma uniformização rotinizante dos espaços de vida e de trabalho dos mundos rurais brasileiros, sob os ‘novos tempos’ da modernização capitalista. Não estaremos nós diante de uma persistente e essencial (no sentido de não marginal) presença de antigas e novas múltiplas formas de interação entre tempos – espaços, que caracterizam e seguem caracterizando a experiência pessoal, interativa e social dos diversos atores e dos diversos modos de vida das diferentes modalidades de presença humana no campo, hoje?”

(Brandão, C. R. *Tempos e Espaços no Mundo Rural do Brasil*. Revista Ruris, vol. 1, n.º 1)

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- (A) Os espaços de vida dos mundos rurais apontam para uma uniformização.
- (B) As antigas formas de interação social no campo se dissolveram.
- (C) A modernização capitalista transformou totalmente a vida rural.
- (D) A experiência social do campesinato foi transformada pela modernização.
- (E) Há diversos modos de vida interagindo atualmente no campo brasileiro.

29. O desenvolvimento rural sustentável propõe mudanças na orientação econômica dominante do mercado capitalista. Algumas dessas orientações são:

- (A) descentralização dos processos produtivos; agronegócio; preservação ambiental.
- (B) preservação da biodiversidade; produção de *commodities*; diversidade cultural.
- (C) diversidade produtiva; agroecologia; centralização da produção.
- (D) biodiversidade; descentralização dos processos produtivos; etnoconhecimento.
- (E) etnoconhecimento; agroecologia; produção de transgênicos.

30. A questão da “subjetividade” não aparece aqui num sentido individualista, mas ao contrário, como possibilidade de determinação dos agentes (o grupo familiar), sobre a produção. Afastando assim, a tese forçada do “cálculo econômico” capitalista para a explicação da unidade de produção familiar com vistas à rentabilidade e produtividade, as quais são obtidas com a “quantificação” dos fatores e do lucro objetivamente dados pelo mercado. Talvez não se trate de uma explicação sobre essas unidades de produção, mas da investigação sobre o conjunto das necessidades que são postas por essas unidades, aumentando ou diminuindo o seu grau de integração na economia local, ou num mercado mais amplo, através do excedente, do trabalho acessório ou da feira.

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- (A) O trabalho familiar do camponês corresponde à forma mercadoria.
- (B) A família camponesa é autônoma para produzir sua subsistência e alcançar a rentabilidade imposta pelo mercado.
- (C) A unidade de produção familiar se caracteriza pelo cálculo econômico capitalista.
- (D) O excedente econômico e o trabalho acessório complementam a renda da unidade de produção familiar.
- (E) A subjetividade na unidade de produção familiar é orientada pela determinação do mercado.

31. “Essa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento (maior na região de Araraquara que no Pontal). O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas, da violência de gênero.”

(Ferrante, Vera Lúcia S.B. & Duval, Henrique C. *Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais*. Revista Perspectivas)

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- (A) O assalariamento aparece como forma de substituir o trabalho nos lotes.
- (B) O número de mulheres que se assalariam fora do assentamento tem diminuído.
- (C) As mulheres se assalariam fora do assentamento para complementar a renda agrícola.
- (D) Foi reduzida a violência de gênero nos assentamentos.
- (E) As mulheres assentadas não desenvolvem atividades complementares à renda agrícola.

32. Analise a tabela e, após, assinale a alternativa correta.

Distribuição etária da amostra da população assentada no Estado de São Paulo

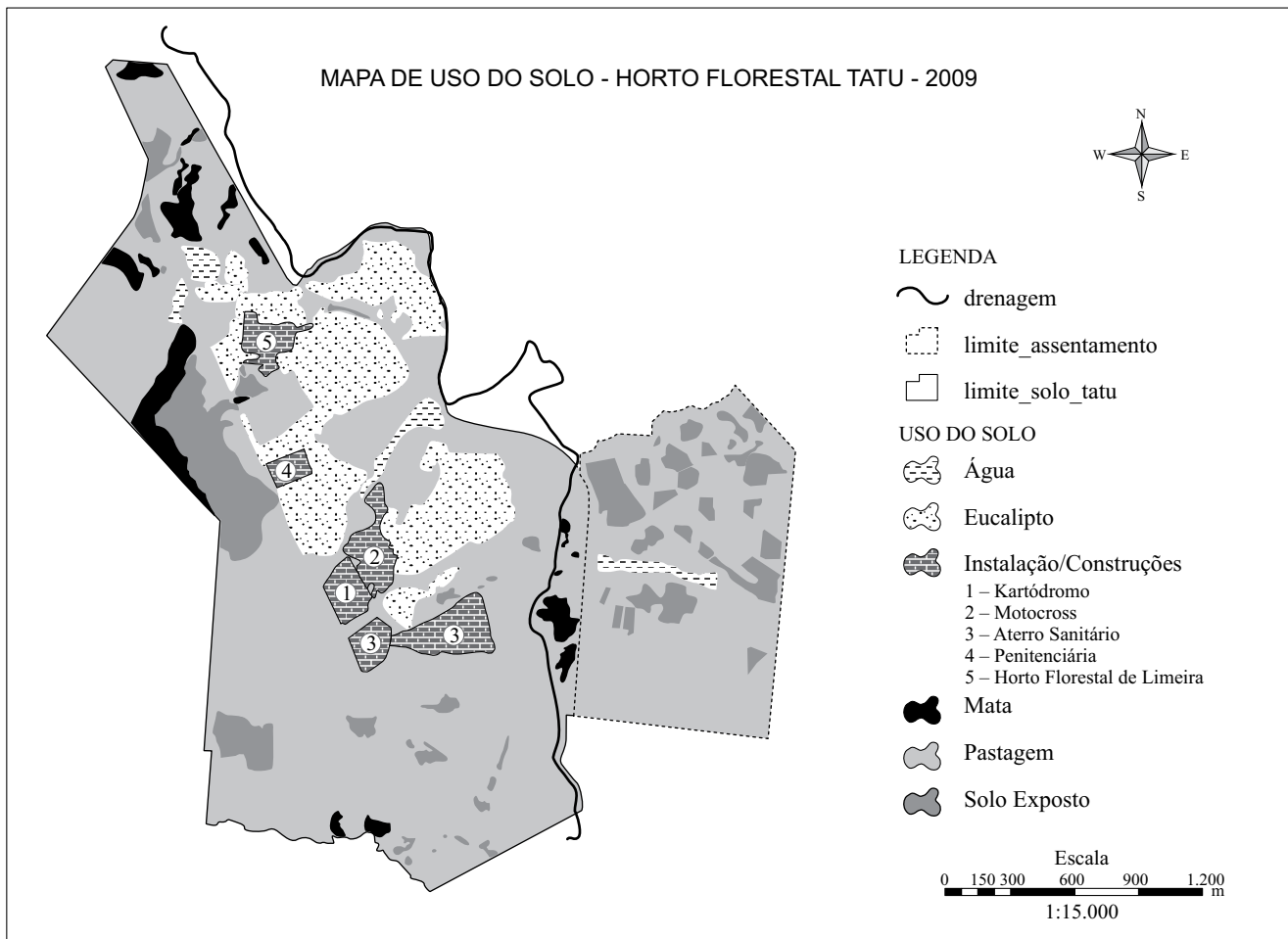
Faixa etária	Amostra de população assentada						Estado de São Paulo	
	Total	%	Homens		Mulheres		Total	%
			N	%	N	%		
0 a 3 anos	77	5,7	40	52	37	48	2.657.764	6,6
4 a 6 anos	68	5,1	38	56	30	44	1.934.966	4,9
7 a 10 anos	101	7,5	48	48	53	52	2.555.877	6,4
11 a 14 anos	107	8,0	59	55	48	45	2.608.675	6,6
15 a 19 anos	135	10,1	74	55	61	45	3.494.977	8,9
20 a 24 anos	120	8,9	73	61	47	35	3.718.752	9,4
25 a 29 anos	95	7,1	53	56	42	44	3.572.230	9,1
30 a 34 anos	101	7,5	48	48	53	52	3.229.869	8,2
35 a 39 anos	95	7,1	52	55	43	45	3.020.473	7,7
40 a 44 anos	87	6,5	51	59	36	41	2.811.741	7,1
45 a 49 anos	77	5,7	36	47	41	53	2.448.984	6,2
50 anos ou mais	276	20,6	157	57	119	43	7.272.468	18,5
Total	1.340	100,0	730	54,5	610	45,5	39.326.776	100,0

(Di Pierro, M.C. *Escolarização de jovens e adultos em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da pesquisa nacional de educação na reforma agrária*. <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4353-Int.pdf>. – Acessado em 12.07.2013)

- (A) A menor porcentagem de mulheres nos assentamentos corresponde à faixa entre 40 – 50 anos de idade.
- (B) Dentre a população assentada, 45,5% têm menos de 20 anos de idade.
- (C) Dentre o total da população assentada, 54,5% são mulheres.
- (D) A maior porcentagem, dentre a população assentada, corresponde à faixa entre 20 – 24 anos de idade.
- (E) Dentre a população assentada, 36,4% têm menos de 20 anos de idade.

33. A proposta de Educação do Campo desenvolvida pelo MST nos assentamentos reúne princípios pedagógicos voltados para a autodeterminação do campesinato. Assinale a alternativa correta que reúne três desses princípios.
- (A) Gestão democrática; valorização da teoria no processo de aprendizagem; auto-organização dos estudantes.
- (B) Atitude e habilidade de pesquisa; vínculo organizativo entre educação e cultura; combinação entre processo pedagógico coletivo e individual.
- (C) Vínculo organizativo entre educação e cultura; gestão hierarquizada; realidade como base da produção do conhecimento.
- (D) Relação entre teoria e prática; ciência como base do conhecimento; auto-organização dos estudantes.
- (E) Combinação entre processo pedagógico coletivo e individual; atitude e habilidade de pesquisa; gestão individual.

34.



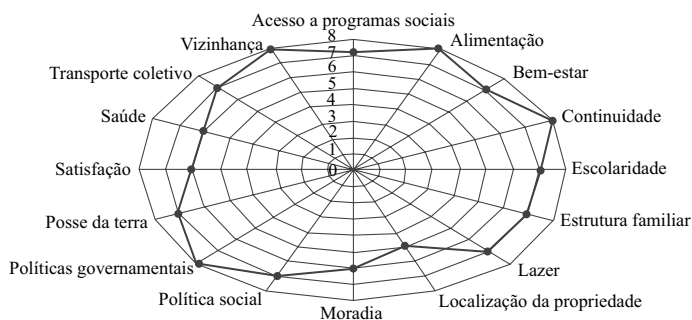
(Travalini, Vinicius. *Conflitos sócio-ambientais e reforma agrária: caracterização do uso do solo do assentamento Elizabeth Teixeira*)

De acordo com o mapa, pode-se afirmar que

- (A) o assentamento está localizado em área com indícios de degradação ambiental.
- (B) o assentamento ocupa pequena área com uso regular do solo.
- (C) as áreas de proteção permanente estão preservadas.
- (D) o impacto da atividade agropecuária é minimizado pela cobertura vegetal.
- (E) a cobertura vegetal é representada por mata nativa.
35. Os agrupamentos rurais se caracterizam por diversas formas de sociabilidade. Assinale a alternativa que indica, corretamente, algumas dessas características.
- (A) Territorialidade e absenteísmo.
- (B) Laços de parentesco e normas de conduta individuais.
- (C) Territorialidade e relações impessoais.
- (D) Saberes grupais compartilhados e práticas isoladas.
- (E) Laços de vizinhança e obrigações recíprocas.

36. “O sistema organizacional é aquele sistema que existe, formal ou informalmente, para que sejam resolvidos tarefas e objetivos que uma pessoa não é capaz de resolver sozinha. Então eles serão resolvidos por meio de discussões, elaborando planos de ações capazes de resolver em conjunto, num futuro mais próximo ou distante, o que precisa ser resolvido. Estamos falando de uma comunidade rural na qual várias pessoas se encontram regularmente num espaço determinado para discutir as suas necessidades comuns, interagindo para realizar a tarefa de satisfazer tais necessidades.”
- (Kummer, L. *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências*)
- Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, a uma metodologia de pesquisa em comunidade rural, segundo o texto apresentado.
- (A) Metodologia organizacional.
(B) Metodologia planificada.
(C) Metodologia participativa.
(D) Metodologia quantitativa.
(E) Metodologia informacional.
37. “No campo aplicado das Políticas Públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.”
- (Jannuzzi, P. M. *Indicadores socioeconômicos na gestão pública*)
- De acordo com o texto, é correto afirmar que os indicadores sociais
- (A) são de interesse pragmático na pesquisa.
(B) permitem o aprofundamento da investigação acadêmica.
(C) são conceitos abstratos.
(D) oferecem poucos recursos para a avaliação de programas sociais.
(E) estão restritos às políticas públicas.
38. Pode-se afirmar que as cooperativas de produção agropecuária, nos assentamentos do MST, foram criadas seguindo princípios de cooperação
- (A) como empreendedorismo.
(B) competitiva.
(C) e promoção de capacidade individual.
(D) com papel educativo.
(E) especializada.
39. Na agricultura, as pesquisas agrônômicas ou socioeconômicas objetivam trabalhar com caracterização, estimativas ou previsões, as quais exigem quantificação dos dados que, por sua vez, nem sempre são obtidas por meio de censos, devido às dificuldades de sua realização e custo. O método utilizado com mais frequência para se obterem dados quantitativos e que representa um recorte do universo total é:
- (A) amostragem.
(B) teste de hipótese.
(C) estatística descritiva.
(D) regressão.
(E) censo.
40. O Ministério do Desenvolvimento Agrário criou, em 2003, programas de geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar em modalidades como: Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar. Esse programa é chamado de
- (A) PRONAF.
(B) PNAE.
(C) PNUD.
(D) PAC.
(E) PAA.
41. As etapas apresentadas a seguir correspondem a uma metodologia de pesquisa.
- Etapa 1: Sensibilização e Mobilização;
Etapa 2: Diagnóstico Participativo;
Etapa 3: Planejamento Participativo;
Etapa 4: Execução de Atividades e Projetos Específicos;
Etapa 5: Monitoramento, Avaliação, Acompanhamento, Replanejamento.
- (Kummer, L. *Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências*)
- Pode-se afirmar que se trata da:
- (A) Metodologia avaliativa.
(B) Metodologia diagnóstica.
(C) Metodologia estatística.
(D) Metodologia participativa.
(E) Metodologia comunitária.

42. O Diagnóstico do Rural Participativo permite ampliar as dimensões da pesquisa e construir indicadores a partir do conjunto de interesses e conhecimentos da população alvo.



(Indicadores sociais segundo a perspectiva de famílias de trabalhadores rurais assentadas em dois assentamentos de Ramilândia, PR. UNIOESTE/MCR/CCA/LER. 2011)

(Silva, Pedro C. S. et al. *Construção de indicadores de desenvolvimento rural sustentável feita por trabalhadores rurais de dois assentamentos de Ramilândia*)

Tomando a análise da figura apresentada, assinale a alternativa que contém indicadores sociais considerados mais importantes para as famílias.

- (A) Alimentação, localização da propriedade, vizinhança.
- (B) Políticas governamentais, lazer, localização da propriedade.
- (C) Alimentação, vizinhança, permanência no lugar.
- (D) Posse da terra, moradia, localização da propriedade.
- (E) Vizinhança, lazer, localização da propriedade.
43. “No contexto da Educação do Campo, o tempo – comunidade comporta como ideia que as disciplinas são espaços de formação, mas o processo de formação não se restringe a elas. Nesta perspectiva, elas devem ser capazes de promover aberturas que acolham a história pessoal dos educandos e a experiência histórica coletiva da vida no campo. Os sujeitos inseridos nos diferentes assentamentos são produtores de saberes e práticas que precisam ser reconhecidos e problematizados. É pelo diálogo com esta realidade que o conhecimento disciplinar se amplia e se articula com a prática social concreta, com a experiência vivida.”

(Proposta do Curso de Geografia – UNESP/FCT/UNESP)

Assinale a alternativa que corresponde à concepção pedagógica implícita na definição apresentada no texto.

- (A) Pedagogia da Alternância.
- (B) Participação Popular.
- (C) Pedagogia Democrática.
- (D) Pesquisa Participante.
- (E) Pedagogia Piagetiana.

44. Os movimentos sociais no campo marcam oposição às políticas neoliberais, que condicionam os projetos e financiamentos para a agricultura, no Brasil e em vários países da América Latina. Essas mudanças ocorridas nas relações entre os camponeses e a sociedade, o Estado ou mesmo o mercado, alteram suas relações com a terra. Os conteúdos étnicos, a preservação ambiental, o novo espaço dos assentamentos exigem redefinir os laços com a terra, uma nova territorialidade. Inspira também um *novo pertencimento*, onde ser camponês não é apenas “estar dentro” de um projeto ou movimento, mas se voltar para fora.

Assinale a alternativa correta, segundo a afirmação apresentada.

- (A) O neoliberalismo não influenciou o modo de vida camponês.
- (B) Os assentamentos criaram novos formatos no espaço agrário.
- (C) Os camponeses não se confrontam com os pressupostos neoliberais.
- (D) Os movimentos sociais no campo demonstram um fechamento do modelo camponês.
- (E) Os conteúdos étnicos não se expressam nos movimentos de luta pela terra.
45. O Programa de Microbacias do estado de São Paulo é o instrumento de ação que permite o cumprimento do artigo 184 da Constituição paulista, que visa orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água.

Assinale a alternativa que apresenta o órgão estadual que desenvolve esse programa.

- (A) ITESP.
- (B) SABESP.
- (C) CATI.
- (D) ESALQ.
- (E) CETESB.
46. No desenvolvimento da pesquisa, o trabalho de campo permite a construção de dados
- (A) secundários.
- (B) abstratos.
- (C) teóricos.
- (D) complexos.
- (E) primários.

47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.
50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

